

PERSPECTIVAS ANALÍTICAS SOBRE AS CIDADES PEQUENAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Maiara Cerqueira Leandro[1]
Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito [2]

Palavras-chave: (Re)produção do espaço; dinâmica urbano-regional; diferenciação espacial.

INTRODUÇÃO

Com a urbanização, a produção do espaço se estende, redefinindo processos sociais e formas-conteúdo, subjacentes à formação socioespacial inserida no próprio movimento desigual e contraditório da reprodução da sociedade e do capital. Dessa maneira, entender a importância das cidades pequenas nesse contexto é o desafio desta pesquisa, sobretudo, devido ser numerosa a quantidade dessas cidades no espaço geográfico, e que aponta à necessidade de interpretação das relações espaciais numa parcela da rede urbana, como possibilidade de entendimento da realização do urbano em sentido amplo. Como apontava Lefebvre (1999), o devir da urbanização em curso da sociedade, que não é sinônimo de industrialização, apresenta conteúdos que precisam ser explicados com a leitura do movimento de mudanças da cidade em diferentes escalas.

Assim sendo, como proposição de diálogo com as reflexões teórico-metodológicas e as abordagens do campo das relações entre as cidades nas diferentes escalas de interação espacial, este trabalho tem como objetivo pensar as cidades pequenas e suas transformações na urbanização contemporânea. Ao ressaltar a importância de entender as características da urbanização contemporânea das cidades pequenas brasileiras e evidenciar as funções que

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
[2] Doutor em Geografia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

tais cidades desempenham na rede urbana e na (re)produção do capital. Reflexão esta, produto de debates, pesquisa empírica e reflexões teóricas que fazem parte da tese de doutorado da autora que se encontra em andamento.

Como destacam Sposito, E.; Silva (2013), as cidades pequenas têm papel importante na rede urbana brasileira, principalmente porque em sua maioria os municípios no Brasil, são constituídos por essas cidades. Segundo dados do IBGE (2022), se considerarmos o total de 5.570 municípios brasileiros, cujas sedes são consideradas cidades, o limiar das cidades pequenas ligadas aos municípios até 50 mil habitantes, totalizam cerca de 4.919 das cidades brasileiras. Contudo, cabe ressaltar que esse quantitativo associado a variável demográfica é apenas uma demonstração ilustrativa sobre a quantidade de municípios (inclui a parte rural, povoados, vilas e cidades), longe de qualquer referência ao que seria as cidades pequenas conforme discutiremos mais adiante. Especificamente, porque há municípios e cidades com população acima de 50 mil habitantes e que não apresentam funções regionais, assim como outros apresentam menor número populacional e uma dinâmica urbana mais complexa.

Para tanto, com base em leituras e fichamentos sobre o debate da urbanização contemporânea e a dinâmica urbano-regional das cidades pequenas, esta pesquisa adotou uma abordagem metodológica que busca compreender suas particularidades e complexidades no contexto da reprodução das relações socioespaciais. Para fundamentar essa análise, foram utilizados referenciais teóricos de autores como Lefebvre (1999), Sposito (2001) e Santos (2019; 2010), que contribuem para o estudo das relações entre formas e conteúdo da urbanização, produção do espaço e dinâmica urbana. Bem como, as perspectivas teórico-metodológicas de Endlich (2006), Bernadelli (2004) e Sposito e Silva (2013), entre outros, que oferecem subsídios para a compreensão das transformações socioespaciais em cidades pequenas. A coleta de dados envolveu pesquisa documental e *in loco*, mapeamento, organização e sistematização das informações, culminando na análise dos resultados.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

No Brasil, a urbanização ganhou novo sentido especialmente a partir do século XX, com a passagem da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial, que produziu importantes transformações no seu conteúdo e nas cidades. Subjacente ao modo capitalista de produção, a urbanização brasileira, ao tempo que serve de suporte para a vida cotidiana das pessoas, também, como condição inevitável e necessária, por ser indissociável, resultou na expansão dos espaços para a reprodução do capital e, por conta disso, tanto a

cidade, como o campo e a natureza se tornaram, elas próprias, as mercadorias a serem negociadas.

Considerando os dados atuais da distribuição da população brasileira com base nos municípios (Brasil, 2022), verifica-se que dos 5.568 municípios e os dois distritos (Fernando de Noronha e o Distrito Federal), 69,41% deles registraram quantidade de população inferior a 20 mil habitantes, e 18,90% com população entre 20 mil e 50 mil pessoas. Como pode ser verificado na Tabela 1, do total dos municípios, aproximadamente 88,31% apresentam população de até 50 mil habitantes; enquanto 4,96% correspondem aos municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes; e apenas 0,74% dos municípios possui mais de 500 mil habitantes. Entretanto, segundo dados da Agência IBGE Notícias, em 2022, nos municípios com até 10 mil habitantes, viviam cerca de 12,8 milhões de pessoas. Enquanto a maior parte da população do país (57% do total) habitava apenas 319 municípios, concentrada, sobretudo, nas cidades acima de 100 mil habitantes.

Assim, como parte da geografia capitalista e dos "limites do capital" em Harvey (2013), não se pode perder de vista os processos de reprodução do espaço mediados pelas formações socioespaciais, pela divisão territorial do trabalho e pelos diferentes meios de inserção dos interesses capitalistas na rede urbana, que reconfiguram as formas de reprodução do espaço capitalista, da urbanização e das próprias condições de concentração ou dispersão da população em determinados espaços.

Considerando os princípios dos processos de "causação circular e cumulativa" proposto por Gunnar Myrdal em 1957 (Trautwein, 2016), como já adiantamos anteriormente, ante a inação e ou consentimento do Estado contrário às ações de desenvolvimento socioespacial equânime das demais regiões, o processo de "causação circular e cumulativo" terá efeito de drenagem da maior parte dos recursos econômicos e não econômicos para a(s) cidade(s) central(ais), implicando a condição de as demais regiões e cidades continuarem subalternas, atrofiadas, repercutindo uma relação de deterioração de suas forças: população, natureza e recursos conduzidas por ações de colonização, participando da sociedade e da economia nacionais como fornecedoras de mercadorias semiacabadas, matérias primas, força de trabalho e capitais entre outros. Esse é um processo tácito de gestão do espaço geográfico, reproduzindo o desenvolvimento geograficamente desigual e as diferenças socioespaciais.

Desta maneira, as cidades que já possuem maior quantidade de habitantes também dispõem de grande mercado de consumo e, por força das economias de aglomeração,

terminam por atrair mais e mais investimentos econômicos, infraestrutura e população, dentre outros; enquanto, por falta de decisão governamental para evitar as desigualdades regionais e ou nacionais com a contínua captura da renda, dos recursos e de população do seu entorno próximo e distante as demais regiões e cidades permanecem empobrecidas e seguindo a trajetória de estagnação/declínio socioespacial. Nesse sentido, por exemplo, no Brasil, a cidade de São Paulo, com 11.434.786 habitantes no recenseamento do IBGE de 2022, corresponde a 6,44% de toda a população brasileira vivendo em cidades; e PIB municipal de R$ 8,28 bilhões em 2021, é equivalente a 9,20% do PIB de todos os municípios brasileiros. A cidade de São Paulo é atualmente a maior em quantidade de habitantes e a mais importante quanto à economia. Por seu turno, a segunda mais importante cidade brasileira é o Rio de Janeiro, com 6.211.164 de habitantes e o PIB é R$ 3,59 bilhões. Essas são as duas metrópoles brasileiras que juntas concentram 13,19% do PIB de todos os municípios e 9,94% da população urbana brasileira.

Ou seja, cada área de aglomerado urbano, como as Regiões Metropolitanas ou as Regiões Integradas de Desenvolvimento ou outros aglomerados menores, constitui uma unidade para onde são dirigidas as principais atenções de investimentos estatais e particulares e a maior parte dos fluxos de imigração da população. Ao lado disso as cidades pequenas recebem menor atenção, quando muito, ficam com as sobras dos interesses privados e apenas com os recursos de transferências intergovernamentais constitucionais.

Assim sendo, o sistema capitalista se expande adquirindo novos espaços nas cidades ou ressignificando os antigos para instalar empreendimentos imobiliários, comerciais, educacionais, de saúde, industriais etc., sobretudo, em cidades médias e grandes. Em que pese todas as cidades serem capitalistas, cada uma tem uma função específica na temporalidade do sistema capitalista; a maneira seletiva como os investimentos públicos e privados são realizados, revela parte das forças que mantêm as cidades pequenas, especificamente, porque não investe nelas; de certa maneira, porque as cidades pequenas não possuem ainda escala de consumo suficiente para constituir e consolidar uma economia de aglomeração de maneira a atrair investimentos privados. Dessa maneira, às cidades pequenas são atribuídas tacitamente atribuições mais simples – de “exército de reserva”, especificamente, como reservatório de força de trabalho associado a processos migratórios de pessoas em idade ativa como já apontado por Melo (2008).

Dessa maneira, as cidades pequenas na divisão territorial do trabalho e associadas às respectivas formações socioespaciais subjacentes historicamente reproduzidas, são

identificadas como espaços de reprodução de força de trabalho disponível para migrar para cidades maiores. Deve-se considerar também o papel do Estado, à medida que essa reprodução se intensifica na concentração geográfica em determinadas cidades, sobretudo, nas metrópoles, mais imperiosa é "[...] a ação do Estado na formulação de políticas de espaço [que viabilizem] os processos de circulação do capital" (Seabra, 2009, p. 417).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões teórico-metodológicas desta pesquisa em andamento revelam a importância da análise da (re)produção do espaço da cidade pequena e sua dinâmica urbano-regional, em meio às transformações na urbanização contemporânea. Uma vez que, as transformações socioespaciais decorrentes do processo de urbanização, notadamente nas cidades pequenas apresentam relações heterogêneas, com particularidades e diferenças que se materializam no contexto da formação socioespacial e seus desdobramentos.

Desse modo, ao nos depararmos com uma heterogeneidade de cidades com funções diversas, que influenciam e são influenciadas conforme o contexto regional em que estão inseridas, a análise engessada na hierarquia da rede urbana não dar conta de explicar a importância dessas cidades. Nesse sentido, as cidades pequenas devem ser lidas com base nas realidades concretas, das contradições presentes em seus espaços diante da divisão territorial do trabalho e das formações socioespaciais particulares que delas fazem parte.

REFERÊNCIAS

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

HARVEY, David. ***Os limites do capital***. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas.** 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Janio. Entre as médias e pequenas, a dinâmica das cidades sub-regionais na Bahia. **Geopauta.** UESB, Vitória da Conquista, v. 6, 2022. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo. Acesso em: 18 de abril de 2023.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.